



Dom, 10 de Junho de 2012.
 13:08:00.

FOLHA DE S. PAULO | ILUSTRADA
 ANCINE | AGÊNCIA NACIONAL DE CINEMA

Ficção nacional puxa fila dos novos projetos

Lei que fixa cota de conteúdo brasileiro na TV paga entra em vigor em setembro; produtoras esperam crescimento de 50% até 2013

Canais fechados fazem investimentos, mas ainda têm dúvidas sobre especificidades da legislação aprovada

ALBERTO PEREIRA JR.
 DE SÃO PAULO

Uma semana após a publicação das últimas instruções normativas da Lei 12.485/2011, que fixa diretrizes para a TV paga no Brasil, produtoras independentes comemoram o novo marco regulatório do setor.

Para elas, o estabelecimento de cotas obrigatórias de conteúdo nacional estimulará os negócios, já que ao menos 50% da faixa reservada a obras brasileiras deverão ser preenchidos por trabalhos de empresas independentes.

E parecem vir da dramaturgia, setor forte nas emissoras abertas, as principais novidades que os canais fechados exibirão nos próximos meses.

A BossaNovaFilms, por exemplo, anuncia amanhã a contratação de Kátia Lund, codiretora de "Cidade de Deus" (2002), para seu núcleo de criação de roteiros de ficção, que também recebeu o reforço de Luís Villaça, ex-Globo, autor do script de "Cristina Quer Casar" (2003).

"A demanda já vinha crescendo desde o ano passado, quando a lei foi aprovada", afirma Denise Gomes, sócia da produtora, que está envolvida em 30 projetos, incluindo duas séries de ficção: uma para o Discovery Channel, outra para o History Channel.

Pedro Buarque de Hollanda, sócio da Conspiração **Filmes**, viu sua empresa saltar de 19 atrações na TV paga em 2010 para 34 neste ano. Produtoras ouvidas pela reportagem da **Folha** esperam crescimento dos negócios na ordem de 50%.

Se as produtoras celebram, as diretorias dos canais a cabo se mostram receosas.

"Temos de analisar profundamente todos os itens da nova lei para ter certeza de que o que vamos produzir

ou já produzimos conta para as cotas. A quantidade de requisitos a serem checados com advogados e com a **Ancine** [Agência Nacional do **Cinema**] é impressionante", diz Anthony Edward Doyle, vice-presidente regional da Turner International.

A empresa agrega mais de uma dezena de canais, alguns com foco bastante específico, como o Turner Classic Movies e o Tooncast, dedicados a filmes clássicos e a desenhos antigos, respectivamente. "São dois casos que vão demandar atenção e uma dose extra de criatividade", observa Doyle.

ADIANTADOS

Paulo Franco, vice-presidente sênior de programação e conteúdo da Fox International Channels Brasil, afirma que a empresa já vinha trabalhando com produtoras nacionais independentes antes da sanção da lei.

O mesmo vale para os canais Discovery. "A relação da Discovery com as produtoras brasileiras existe desde 1999", diz Fernando Medin, presidente da Discovery Networks no Brasil.

Procurada, a Globosat (dona de canais como Multishow, Viva, Universal e GNT) informou, por meio de sua assessoria de imprensa, estar estudando as novas regras. Disse que não se manifestará até completar o diagnóstico dos possíveis impactos da legislação.

Com a nova lei e o aumento de arrecadação da Condecine (imposto sobre royalties da TV paga), o Fundo Setorial do **Audiovisual** engordou seu caixa e já oferece R\$ 519 milhões para investimentos em produções de TV neste ano.

Roberto d'Avila, da Moonshot, é reticente quanto à agilidade do governo na liberação dessas verbas. "Há uma grande burocracia."

'Nova lei fará indústria ser mais forte', diz Meirelles

DE SÃO PAULO

Fernando Meirelles, sócio da O2 **Filmes**, uma das maiores produtoras independentes do país, se mostra entusiasmado com a nova lei da TV paga. Leia trechos de sua entrevista à **Folha**.(APJ)

Folha - A demanda por conteúdo nacional já aumentou com a nova lei da TV paga?

Fernando Meirelles - No ato e imediatamente [risos]. Tivemos solicitações de praticamente todos os canais a cabo. Mandamos e-mail para todos os colaboradores da casa. De 54 projetos que vieram deles, selecionamos 32 e apresentamos para algumas emissoras na virada do ano.

Era necessária a criação da lei para fomentar o mercado?

Certamente. A maioria das emissoras de TV a cabo é filial de matrizes americanas. Para elas, é mais

conveniente pegar um produto que é bom e está pronto, dublar ou legendar e exibir sem custo.

O que muda com a lei?

As TVs são obrigadas a usar parte do seu faturamento em produção local. Essa lei vai ter o mesmo impacto que a **Lei do Audiovisual** [criada em 1993] teve no cinema. O Brasil fazia seis filmes por ano, veio a nova regra e, só em 2011, fizemos 105 longas. Foi a década de montagem da indústria. Não tenho dúvida de que, com a nova lei da TV paga, em dez anos vamos ter uma geração de programas muito mais forte.

Como os diretores de canais a cabo reagiram?

Conversei com alguns executivos. É claro que teve um momento de reclamação, mas todos estão confiantes e, acho eu, muito mais estimulados a produzir.

O público quer ver os artistas brasileiros na TV paga?

Sim, mas não só isso. Tem o interesse de ver o próprio país. As maiores audiências da TV a cabo são de programas brasileiros. É uma situação boa para todo mundo: incentiva o mercado, cria cultura e a produção e as TVs ganham mais audiência.